ANCEP NOTÍCIAS

Orçamento: Ciclo de seminários reuniu mais de 450 inscritos em 9 cidades

06/11/19

Encerrou-se ontem, em Brasília, o ciclo completo de apresentações do seminário **Orçamento EFPCs: Gestão e Práticas Aplicadas aos Fundos de Pensão**, levado nos últimos meses a nada menos de 9 diferentes cidades. Somadas todas as edições do evento, a ANCEP conseguiu reunir mais de 450 profissionais desejosos de saber mais sobre um assunto central na vida das nossas entidades, uma vez que as boas práticas na elaboração da peça orçamentária estão na raiz de uma boa e responsável gestão

"E tivemos o cuidado de oferecer esses conhecimentos exatamente no momento em que as entidades e seus profissionais mais precisam deles, quando se dedicam ao orçamento do ano que vem", explica o Presidente Roque Muniz.

Mostra da importância do evento, o seminário foi prestigiado pela presença da Previc, através do comparecimento de José Carlos Sampaio Chedeak (Orientação Técnica e Normas), Christian Catunda (Atuária e Contabilidade) e Paulo Macedo (Contabilidade)

Ajuda a explicar o sucesso a consistência técnica da responsável pelo conteúdo do evento, Maria Elizabete da Silva (**f**, que ademais em sua apresentação mostrou não deixar pergunta sem uma esclarecedora resposta. Contribui também a oportunidade do seminário, realizado no momento em que mais estes esclarecimentos se fazem necessários,

Reunião do CNPC vai acontecer no dia 13

A próxima reunião do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), inicialmente agendada para o último dia 6 e, em seguida, para o próximo dia 12, foi agora remarcada para o dia 13.

A pauta foi mantida, dela constando duas propostas. Uma é de alteração da Resolução CNPC nº 19/2015, que dispõe sobre os processos de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar.

A segunda proposta trata de resolução que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram.

Em relação a ambas a ANCEP vem defendendo o mais pleno diálogo, para que dessa forma se evite custos e gasto de tempo desnecessário para as entidades e seus profissionais

A reunião foi convocada pelo presidente em exercício do CNPC, o Subsecretário do Regime de Previdência Complementar do Ministério da Economia, Paulo Fontoura Valle.

Evento vai trazer a leitura que os especialistas fazem do novo cenário

O seminário **Soluções para a Gestão de Planos de Previdência Complementar Frente ao Atual Cenário** será apresentado pela ANCEP em duas diferentes cidades em novembro, a primeira no próximo dia 22, no **Rio de Janeiro**, e a segunda quatro dias mais tarde (26/11) em **São Paulo**.

Para José Edson da Cunha Júnior, Consultor Sócio da JCM Consultores e um dos expositores no seminário, trata-se do "evento certo no momento em que precisa acontecer e envolvendo os especialistas que melhor podem analisar as oportunidades que se abrem nessa hora histórica que vivemos"

José Edson, com passagens pelo órgão supervisor, CNP e CRPC, é tido como um dos maiores conhecedores de nosso sistema e observa ainda que "esse super seminário irá fornecer uma análise abrangente e profunda de um quadro que acaba de se formar".

Será o primeiro grande evento após a aprovação da reforma da Previdência em segundo turno pelo Senado e as inscrições já estão abertas em www.ancep.org.br

Seguem os 4 painéis e os respectivos expositores: **Módulo I – Diagnóstico da Previdência Complementar no Brasil – Pós Reforma do RGPS** (1:30 hs). Palestrante: José Edson Cunha – JCM Consultores, **Módulo II – Cenário Macro Econômico e as Tendências dos Investimentos dos Fundos de Pensão** (1:15 hs). Palestrantes: André Meireles (Sócio da Way Investimentos) e André Laport (Vinland Capital), **Módulo III – Desafios na Gestão dos Planos de Previdência Complementar** (1:45hs) Palestrante: Paulo Gama – Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial e **Módulo IV – Otimização da gestão previdenciária e minimização de riscos** – (1:45 hs) Palestrante: Daniel Pereira – Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial.

Previdência complementar deve ser apoiada para crescer

"O governo Federal e as entidades que compõem o segmento da previdência complementar têm procurado aprimorar a qualidade da sua atuação, mediante medidas destinadas a melhorar tanto a regulação como o nível dos atores envolvidos no processo", diz o economista Fábio Giambiagi em artigo publicado na página 2 de O Estado de S. Paulo, sob o título "apoio à previdência complementar". Ele reconhece que "entre as medidas tendentes a isso se encontram a adoção de exigências crescentes de certificação, a melhora dos cursos de formação e a existência de um conjunto cada vez maior de indivíduos capacitados para lidar com os conceitos técnicos sofisticados inerentes ao mundo da atuária".

Quanto às lembranças de casos passados, Giambiagi diz que "os (maus) exemplos citados para sustentar a posição de ficar com “um pé atrás” quanto a essa forma de poupança são sempre os mesmos. Minha resposta é que as irregularidades dos anos 70 foram há 40 anos e os mais recentes dos citados – por mais dramático que de fato tenha sido para os participantes atingidos pelos dramas do Aerus e do Postalis – são dois casos graves, sim, mas isolados, e não desmerecem a situação do setor na sua totalidade".

Nota que a reduzida renda média dos brasileiros é a seu ver um limitador ao crescimento da previdência complementar, mas observa também que "aprovação da norma da paridade na Emenda n.º 20, no governo FHC, e as Leis Complementares 108 e 109 assentaram as bases da regulação do setor. Posteriormente, o papel do órgão de fiscalização (Previc), cuja fusão hoje está em discussão com a Susep, e as normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) criaram um arcabouço jurídico que dá uma relativa solidez ao sistema. Ao mesmo tempo, este ainda não está plenamente preparado para uma situação de estabilidade caracterizada por taxas de juros reais baixas, viciado que ficou por décadas de atuação no modo “desconto dos fluxos futuros a 6%”, algo que, com os juros no nível atualmente observado, esperamos fique confinado definitivamente aos livros de História".

Reajuste dos benefícios previdenciários continuará indexado à inflação

Depois da reação negativa dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o governo recuou e decidiu retirar do Pacto Federativo a proposta de incluir as despesas com os inativos das áreas de saúde e educação entre os gastos que estados e municípios têm com os dois segmentos, para fins de contagem dos pisos mínimos de verbas destinadas a ambos, informam O Globo, a Folha de S. Paulo e o Valor Econômico.

A equipe econômica também preferiu, a pedido do presidente Jair Bolsonaro, manter o reajuste dos benefícios previdenciários atrelados à inflação.

Outros estados - Carlos Moisés, de Santa Catarina, informa o jornal O Município, da cidade catarinense de Brusque, está entre os 14 governadores que já anunciaram suas próprias reformas da Previdência, formatando projetos para enviá-los às respectivas assembleias legislativas. Devem replicar a aprovada no Congresso para funcionários públicos da União. Todos querem elevar a alíquota de contribuição para os funcionários, que em SC já é de 14%. Moisés busca apoio para uma proposta conjunta envolvendo os três Estados do Sul e todos os do Sudeste